

ESTADO DO ACRE INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE

Rodovia AC 040, 1054, - Bairro Loteamento Santa Helena, Rio Branco/AC, CEP 69908-640 (68) 3221-7773 - www.idaf.ac.gov.br

ANÁLISE TÉCNICA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS Nº 9/2025/IDAF - DINFRA

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL - IDAF DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA – DINFRA

ANÁLISE TÉCNICA DE EXEQUIBILIDADE - INDÍCIO DE INEXEQUIBILIDADE

Processo SEI nº 0052.013539.00028/2025-44 Concorrência Eletrônica nº 098/2025 - ComprasGov nº 90098/2025 Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de reforma estrutural, instalações elétricas e hidráulicas na sede do IDAF.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E EDITALÍCIA

Conforme o Termo de Referência nº 49/2025-IDAF-DICC, item 22.3.2.9, serão consideradas inexequíveis as propostas de serviços de engenharia com valores inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, conforme o art. 59, IV, da Lei nº 14.133/2021.

O item 22.3.2.11 determina que, quando o desconto ultrapassar o limite legalmente permitido, o licitante deverá comprovar a exequibilidade da proposta mediante cotação e/ou nota fiscal, preferencialmente acompanhada de relatório fotográfico, demonstrando a compatibilidade técnica e econômica dos preços apresentados com o mercado e com o objeto licitado.

A legislação e o Termo de Referência deixam claro que a mera apresentação de documentos não é suficiente, sendo necessária a consistência dos preços, o realismo dos custos indiretos, a viabilidade logística e a aderência às especificações técnicas.

2. ANÁLISE TÉCNICA DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

A empresa MS Emp. e Rep. Ltda. apresentou documentação contendo cotações e notas fiscais referentes a diversos insumos e serviços, demonstrando esforço para comprovar a viabilidade da proposta. Entretanto, ao confrontar tais valores com o mercado local (SINAPI/AC e fornecedores regionais) e as exigências do TR, verificam-se inconsistências que comprometem a exequibilidade global da proposta, conforme descrito a seguir.

2.1. Argamassa colante

A empresa apresentou cotação de argamassa AC-III, o que atende à especificação técnica mínima do TR. Contudo, o valor apresentado está abaixo da média praticada no SINAPI/AC e não contempla frete, encargos ou armazenamento, tornando o custo subestimado. Além disso, o orçamento não detalha o custo de aplicação (mão de obra + insumo), comprometendo a composição real do preço unitário.

Conclusão: Material tecnicamente compatível, porém com custo inferior ao praticado e sem comprovação de encargos logísticos – risco de inexequibilidade parcial.

2.2. Telha Termoacústica

A empresa apresentou cotação de telha termoacústica, que é tecnicamente similar e equivalente à exigida no TR. Contudo, o valor global apresentado é inferior ao custo de mercado, especialmente considerando estrutura metálica, fixação, transporte e mão de obra de montagem.

Conclusão: Material adequado, mas o preço global é incompatível com o custo total de execução, indicando desequilíbrio econômico.

2.3. Cabos elétricos (4 mm² e outras bitolas)

As cotações apresentadas não especificam o tipo de isolamento (450/750V antichama), e o custo de frete. Os valores estão significativamente abaixo dos praticados no mercado local (SINAPI/AC), indicando subavaliação de custos e possível comprometimento da segurança e qualidade da execução.

Conclusão: Item com comprovação insuficiente e valores abaixo do mercado, reforçando indício de inexequibilidade.

2.4. Revestimento em MDF

Embora tenha sido apresentada cotação de MDF, esta é proveniente de fornecedor de fora do Estado e sem frete incluso, o que compromete o valor final em relação ao custo real local. O mercado de Rio Branco/AC apresenta custo médio 20% a 35% superior devido à logística de transporte e impostos regionais. Assim, mesmo que o material seja compatível, o preço global apresentado torna-se inexequível em escala local.

Conclusão: Item apresentado, mas com custo subavaliado e sem comprovação de frete - forte indício de inexequibilidade.

2.5. Relatório fotográfico

O relatório fotográfico é preferencial e sua ausência não configura falha formal, porém reduz a rastreabilidade e a comprovação visual da compatibilidade entre os insumos e o objeto licitado.

Conclusão: Falha formal não impeditiva, mas reforça a necessidade de complementação probatória.

3. AVALIAÇÃO GLOBAL DA EXEQUIBILIDADE

Mesmo considerando que parte dos materiais apresentados atende tecnicamente ao TR (argamassa AC-III e telha termoacústica), os valores ofertados permanecem abaixo do parâmetro mínimo de 75% do orçamento de referência, conforme previsto no art. 59, IV, da Lei 14.133/2021, caracterizando indício de inexequibilidade global.

A ausência de comprovação de frete, encargos indiretos e custos realistas com base no mercado local (SINAPI/AC) reforça o entendimento de que a proposta, da forma apresentada, não demonstra capacidade de execução integral dentro dos parâmetros de economicidade e viabilidade exigidos.

4. ENQUADRAMENTO LEGAL

Nos termos do art. 59, incisos IV e V, e do art. 71, §3°, da Lei nº 14.133/2021, a proposta é considerada inexequível quando o licitante não comprova a viabilidade econômico-financeira dos preços ofertados. Assim, o conjunto probatório apresentado pela empresa não comprova de forma suficiente a exequibilidade de sua proposta, restando caracterizado o indício de inexequibilidade.

5. CONCLUSÃO TÉCNICA

Diante da análise detalhada dos documentos apresentados pela empresa MS Emp. e Rep. Ltda., constatase que, embora parte das cotações apresentadas atenda aos parâmetros técnicos mínimos exigidos, o conjunto probatório não é suficiente para comprovar a viabilidade econômico-financeira global da proposta, especialmente diante do alto percentual de desconto aplicado sobre o orçamento estimado pela Administração.

Assim, verifica-se que a proposta apresenta indícios de inexequibilidade, nos termos do art. 59, IV e V, da Lei nº 14.133/2021, pelos seguintes motivos:

Valores unitários de argamassa AC-III estão abaixo da média do SINAPI/AC, sem considerar custos indiretos (frete, encargos e armazenamento);

Telha termoacústica apresentada em conformidade técnica, porém com valor global incompatível com o custo de execução local, sem detalhamento de estrutura, fixação e mão de obra;

Cabos elétricos (4 mm² e demais bitolas) cotados com valores inferiores aos praticados no mercado local e sem especificação de isolamento exigido;

MDF cotado junto a fornecedor de **fora do Estado**, **sem frete incluso**, resultando em valor muito inferior ao custo real no mercado de Rio Branco/AC;

Relatório fotográfico não apresentado, o que, embora opcional, reduziria a capacidade de conferência visual da compatibilidade entre os materiais cotados e os exigidos no objeto licitado.

Dessa forma, para que a empresa possa **sanear as inconsistências** e comprovar a exequibilidade de sua proposta, recomenda-se que sejam **corrigidos e complementados** os seguintes pontos:

Atualização das cotações de todos os materiais apresentados, incluindo frete incluso e baseadas no mercado local (Rio Branco/AC);

Apresentação de cotação complementar, conforme itens mínimos do Termo de Referência;

Comprovação detalhada dos custos indiretos, encargos e logística de transporte dos materiais de fora do estado;

Reapresentação dos cabos elétricos com especificações técnicas completas (bitola, isolamento e norma de referência);

(Opcional) **Anexação de relatório fotográfico** ou memorial descritivo ilustrado dos serviços similares, caso disponível, para reforço probatório.

Com base nas constatações acima, conclui-se que a proposta da empresa MS Emp. e Rep. Ltda. não demonstra exequibilidade plena, caracterizando indício de inexequibilidade conforme o art. 59, incisos IV e V, da Lei nº 14.133/2021.

Rio Branco – AC, 15 de outubro de 2025.

Mayara Ferreira da Silva

Chefe da Divisão de Infraestrutura - DINFRA/IDAF Portaria IDAF nº 474, de 15 de Outubro de 2025.





Documento assinado eletronicamente por **MAYARA FERREIRA DA SILVA**, **Cargo Comissionado**, em 17/10/2025, às 09:59, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da <u>Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0017831023** e o código CRC **D6628869**.

Referência: Processo nº 0052.013539.00028/2025-44

SEI nº 0017831023



ESTADO DO ACRE INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE

Rodovia AC 040, 1054, - Bairro Loteamento Santa Helena, Rio Branco/AC, CEP 69908-640 (68) 3221-7773 - www.idaf.ac.gov.br

PARECER N° 2/2025/IDAF - DINFRA/IDAF - DEPA/IDAF - DAF/IDAF - PRE

PROCESSO Nº 0052.013539.00028/2025-44

ASSUNTO: Concorrência Eletrônica nº 098/2025 - ComprasGov nº 90098/2025, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de reforma estrutural, instalações elétricas e hidráulicas na sede do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre – IDAF, para análise e emissão de parecer técnico, conforme especificado no Memorando nº 1152/2025 (SEI nº 0017931920) e (SEI nº 0017932840)

PARECER TÉCNICO

Processo: Concorrência Eletrônica nº 098/2025 – nº 435/2025

ComprasGov: nº 90098/2025 Empresa: MS EMP. E REP. LTDA

Valor da Proposta: R\$ 1.450.000,00 (hum milhão quatrocentos e cinquenta mil reais)

Valor de Referência da Concorrência: R\$ 2.222.835,40 (dois milhões, duzentos e vinte e dois

mil, oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos)

Documentos analisados:

Proposta de Preço – MS EMP. E REP. LTDA 0017563314 Planilha Orçamentária – MS EMP. E REP. LTDA 0017621548

Análise Técnica

Procedeu-se à análise da **Proposta de Preço** e da **Planilha Orçamentária** apresentadas pela empresa **MS EMP. E REP. LTDA**, referentes à Concorrência Eletrônica nº 098/2025.

Constatou-se que os valores atribuídos à **mão de obra** estão compatíveis com os referenciais do **SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil)** e com as tabelas salariais do **Sindicato da Construção Civil**, atendendo aos parâmetros de mercado e garantindo a exequibilidade dos serviços previstos.

Contudo, quanto aos materiais e insumos, observa-se a necessidade de comprovação detalhada dos valores de aquisição, considerando:

Custos efetivos de compra, com apresentação de notas fiscais ou cotações atualizadas que demonstrem o preço de mercado;

Incidência de impostos interestaduais, quando aplicável, em conformidade com a origem do fornecimento;

Custos de frete e transporte, especialmente para insumos provenientes de outros estados ou regiões, de modo a refletir o valor real de entrega no local da obra;

Eventuais diferenças tributárias (ICMS/ST, DIFAL) que possam impactar o valor final do insumo.

A ausência de comprovação documental desses componentes poderá comprometer a fidedignidade da composição dos custos de materiais e, consequentemente, a exequibilidade do orçamento global.

Ressalta-se que, embora o valor global proposto (R\$ 1.450.000,00) esteja abaixo do valor de referência (R\$ 2.222.835,40), é imprescindível que os preços unitários apresentados sejam respaldados por documentação comprobatória, garantindo que os valores ofertados correspondam a condições reais de mercado.

Conclusão

Diante do exposto, esta análise **reconhece a adequação dos valores referentes à mão de obra**, por estarem em conformidade com os referenciais oficiais (SINAPI e Sindicato da Construção Civil).

Todavia, condiciona a validação final da proposta à apresentação, pela empresa MS EMP. E REP. LTDA, de documentos comprobatórios dos valores de aquisição dos materiais e insumos, devidamente atualizados e incluindo os impostos interestaduais, fretes e demais encargos incidentes.

Somente após a conferência dessas informações poderá ser emitido parecer técnico conclusivo quanto à exequibilidade integral da proposta.

Análise realizada por Germano Pimentel Farias

Mayara Ferreira da Silva

Chefe da Divisão de Infraestrutura - DINFRA/IDAF Portaria IDAF nº 474, de 15 de Outubro de 2025.





Documento assinado eletronicamente por **MAYARA FERREIRA DA SILVA**, **Cargo Comissionado**, em 28/10/2025, às 09:17, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da <u>Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0017969228** e o código CRC **17F0112B**.

Referência: Processo nº 0052.013539.00028/2025-44 SEI nº 0017969228